

RAÇA, RACISMO E A CONSTITUIÇÃO DA CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO ESCOLAR: DIÁLOGO ENTRE CONCEITOS E VIVÊNCIAS

Wanessa Silva dos Santos¹

Jesana Batista Pereira²

Psicologia



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo dialogar entre os conceitos de raça, racismo e a constituição da criança negra no contexto escolar, salientando os desafios enfrentados durante o processo de construção de identidade dentro do contexto racista e de privilégios dados a uma determinada parcela da sociedade. O corpo negro ainda é estigmatizado e hostilizado, desde os livros didáticos até a inserção do indivíduo na sociedade e, especificamente aqui relatado como vivência, em sala de aula. Para a realização do ensaio, foi feita uma pesquisa bibliográfica nas plataformas Google Acadêmico e SCIELO, tendo referências variando de 1987 a 2017. A realização do presente trabalho teve como motivação inquietações pessoais frente ao tema ligadas a vivências dentro dessa ideologia opressora e extremamente hostil, que estigmatiza, segrega e, ainda hoje, mata.

PALAVRAS-CHAVE

Racismo. Criança. Contexto Escolar.

ABSTRACT

The present work aims at dialogue between the concepts of race, racism and the black kid in the school context, stressing the challenges faced during the process of construction of identity within the context of racist privilege data to a certain portion of society. The black body is still stigmatised and alienated, from textbooks to the insertion of the individual in society, and specifically here reported, in the classroom. To perform the test, a bibliographical research in Google Scholar and SCIELO platforms, with references ranging from 1987 to 2017. The implementation of the present work had as motivation concerns facing the theme linked to personal experiences within this ideology oppressive and hostile, that stigmatizes, segregates and still kills.

KEYWORDS

Racism. Child. School context.

1 INTRODUÇÃO

A palavra raça, no dicionário, corresponde a vários conceitos. Segundo o dicionário Aurélio (2017), raça é um grupo de indivíduos cujos caracteres biológicos são constantes e se conservam pela geração; é também a subdivisão de uma espécie animal; é o conjunto de ascendentes e descendentes de uma família, um povo; é o conjunto de pessoas da mesma profissão, das mesmas tendências; mínima quantidade de qualquer coisa.

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais. (GUIMARÃES, 1999, p. 11 apud SILVA; SOARES, 2011, p. 102).

O conceito de raça teve sua origem por meio de uma fundamentação biológica dentro do paradigma de raça inferior e raça superior, reforçado por estudos e pesquisas de diversas ciências. A ciência do século XIX beneficiou um grupo de dominadores em detrimento de dominados, acreditando na superioridade, no caso da Alemanha hitleriana, de uma raça ariana pura, legitimando processos de desigualdade e contanto com a colaboração da ciência, do direito, da filosofia, da religião, entre outros modos de conhecimento.

Dentro desse conceito de raça inferior, situavam-se os negros que foram trazidos de suas terras africanas para serem escravizados no Brasil e, até depois de alforriados, continuaram a ser tratados como espécie inferior, sendo muitas vezes descritos como subespécie da raça humana, um híbrido ou amaldiçoado, comumente cientifi-

camente e religiosamente diminuído frente ao europeu. Nina Rodrigues, um cientista brasileiro, influenciado pelo goblinismo eugênico e racista, reforçava por meio de pesquisas de medição do crânio que o povo negro seria uma espécie humana inferior e que a mistura racial no Brasil levaria ao desaparecimento da população. As ideias racialistas, associadas ao eugenismo, reforçaram as crenças de uma minoria que detém o poder (SILVA; SOARES, 2011).

A existência de uma raça humana trouxe a ideia de que entre os seres humanos existe um diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais, ou seja, confirma a ideia da diferença numa sociedade preconceituosa em diversos aspectos, e que, dividida em classes sociais, reforça o simbólico e traduz, no campo da cultura, ideias que favoreçam a dimensão racial. (SILVA; SOARES, 2011, p. 103).

Diante do que está posto, pode-se observar que, desde o princípio dos estudos e da produção científica no Brasil, os conceitos sempre foram vinculados a ideologia dominante como forma de opressão e de controle social, não seria diferente com o conceito de raça. Alguns autores apontam que o conceito de raça não tem uma origem consolidada e concreta, tendo origens latinas e italianas, variando o seu significado entre raiz ou tronco e linhagem ou criação. Dentro das perspectivas de estudos raciais, encontra-se a biológica e a social. Na biológica, nos estudos de taxonomia, que é a ciência de classificação de formas vivas, segundo Campos e Gomes (2007), raça é apresentada na denominação também de subespécie, devido a ser uma subdivisão da espécie.

Porém, esse conceito de subespécie serviu, desde o princípio, para inferiorizar um povo e submetê-lo a ideologia de uma minoria branca, europeia e colonizadora, que os via não como seres humanos e sim como mercadoria, como força de trabalho, meios para que determinados fins fossem alcançados. Já na perspectiva social, o termo raça surge associado a construção da identidade e de pertencimento de um grupo, confirmando por meio disto o preconceito e a discriminação sofrida, atuando como forma de resistência em face desses processos opressores (SILVA E SOARES, 2011).

Os negros, querendo ratificar a desigualdade aqui no Brasil, eram aculturados, ao mesmo tempo em que o dominador fortificava a ideia de que os povos advindos da África eram oriundos de um continente primitivo, sem costumes, valores, memória, sem religião e história. A cor do negro, na perspectiva daqueles que alimentam um pensamento discriminatório, demonstra inferioridade e é tomada como um marcador de diferença. Toda uma simbologia foi construída no inconsciente coletivo graças às ideias do passado, nesse sentido a cor preta representaria o mal, o feio e o sem inteligência, enquanto a cor branca representaria o inverso, o bom, bonito e inteligente.

Além da classificação social, a cor preta significa, mesmo que simbolicamente, a classe inferior e, conseqüentemente, de menor poder aquisitivo (SILVA; SOARES, 2011). "Cor é uma categoria racial, pois quando se classificam pessoas como negros,

mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação (GUIMARÃES, 2008, p. 76, 77 apud SILVA; SOARES, 2011, p. 104).

Nessa perspectiva, de acordo com Silva e Soares (2011), raça se mostra como uma construção sociológica, é uma crença presente no comportamento humano capaz de distribuir desigualmente vantagens e desvantagens às pessoas em virtude do modelo de classificação racial existente na sociedade. Não passa, apenas, pelos laços consanguíneos, vai mais além, numa construção de ações coletivas e de representações em face de outros grupos.

Com base na realidade histórica do período colonial e durante os séculos XIX e XX (nas primeiras décadas pós-escravidão), o conceito de raça, proferido num contexto preconceituoso, religiosamente opressor e sob as influências de racismo científico não traz elementos suficientes para compreender a realidade dos grupos atuais e nem refletiu os avanços sociais no âmbito dos direitos humanos e os avanços científicos e biológicos conseguidos no final do século XX. Dessa forma, a academia, diferentes grupos e movimentos sociais adotam diferentes conceitos e discursos, definindo uma nova maneira de pensar, apresentando uma nova realidade, tendo as transformações que pensam o negro e sua experiência no continente americano de forma intensificada.

A simples palavra “negro” ganha um sentido preciso político e, mais que tudo, ideológico, reúne todos os homens que se afirmam culturalmente com as raízes afro e, mais ainda, agrupam aqueles que sofreram e se identificam com a experiência negra vivida, mesmo fora da África. A militância mais atávica e combativa utiliza o termo raça e até os termos raça negra como discurso de resistência, afirmação e positivação do grupo com a mesma palavra pela qual era ridicularizado e diminuído. Esse conceito apresenta o elemento de luta contra um sistema, sociedades ou grupos que, historicamente, mantém essas populações desprivilegiadas ou desfavorecidas em detrimento de outros grupos.

Tais grupos, não necessariamente, pensam raça de maneira biológica, mas sim de maneira sociopolítica. Utilizar esse conceito dessa forma demonstra uma postura política de grupos que, conhecendo o processo ardil e sofrido, levantam-se contra um sistema que historicamente os desprivilegiou, também, os seus descendentes e antepassados (SILVA; SOARES, 2011).

Segundo Silva e Soares (2011), o conceito de raça muitas vezes foi deixado de lado em detrimento de outros, não completamente substituídos, mas que talvez fizessem o papel definidor e classificador dessas pessoas unidas por características, cultura e instituições semelhantes e, num contexto de luta por igualdades, experiências parecidas de resistência e/ou percepção de todo um sistema insistentemente segregacionista.

Atualmente, um desses outros conceitos seria o de etnia, que tem origem do grego *ethnos*, o que entendemos não só como um conjunto de pessoas da comunidade. É o pertencimento do grupo, independente dos laços consanguíneos e a construção de ações coletivas. (SILVA; SOARES, 2011, p. 106).

Assim, o conceito de etnia alude as noções do universo cultural que cerca o indivíduo. O fazer parte de um grupo étnico não significa somente, ou necessariamente, ser possuidor de fatores morfológicos como cor da pele, constituição física, tipo de cabelo, nariz, estatura ou traço facial. O conceito de etnia, aplicado nesse sentido, avança na intenção de compreender a dimensão sociocultural e as experiências semelhantes que ligariam indivíduos, povos e sociedades no mesmo grupo.

Além disso, o uso de raça no desígnio de grupos humanos, do ponto de vista das ciências naturais, apresenta um erro, pois sugere que atualmente não há somente uma raça humana, mas sim várias, teoria que se prova bastante inconsistente. Essa mudança de pensamento que entende que os elementos socioculturais de um povo são tão, ou mais, importantes do que as outras possíveis dimensões ou possibilidades analíticas (economia, política, instituições etc.) faz com que se mergulhe, não somente em uma discussão cultural acerca das populações negras, mas sim, devido às inúmeras trocas, aculturações e processos de resistência e transformações formadores da cultura da população brasileira. Com a miscigenação, é difícil imaginar a existência de uma população branca (culturalmente ou até morfológicamente) totalmente pura (SILVA; SOARES, 2011).

Na construção da sociedade brasileira, coube aos negros escravos a contribuição nos trabalhos mais duros, como nas lavouras, nos canaviais, na busca do ouro e, após a abolição, mesmo na condição de libertos, com o preconceito presente, continuou a luta pela sobrevivência por meio de trabalhos de ganhos e sem alguns direitos em relação à vida política e pública, não podendo botar e exercer cargos como deputado, juiz, delegado de polícia, magistrado, bispo e outros semelhantes.

Assim, apesar de historicamente desprivilegiados socialmente, os negros contribuíram culturalmente na construção do país que, com a escravidão, foi lhes dado como pátria. Na perspectiva histórico-social, o negro permanentemente tem que lutar na sociedade pela igualdade de direitos e pela destruição do preconceito, pois a cada tempo é necessário quebrar as forças da ideologia que ainda se faz presente nos espaços de poder das classes dominantes (SILVA; SOARES, 2011).

Dividida em grupos, partindo do pressuposto que vivemos em sociedade, também pode-se associar o conceito de classe aos conceitos de raça e etnia. Ser negro é ser diferente na sociedade moderna, porque aliado a cor da pele, o momento histórico da escravidão não se dissocia da cor, que traz uma ideia de desigualdade, daí a confusão de classificar o diferente e tratá-lo com discriminação (SILVA; SOARES, 2011).

A diversidade do conceito de cultura e a instituição de "etnia" como termo politicamente correto substituidor da chamada "raça" dos naturalistas do início do século XX não reflete necessariamente o final da discriminação entre os povos. Pois o racismo clássico, apoiado na ideia racial dos povos, também adotou o lexical "étnico", dessa forma pode-se perceber que o preconceito não se estabelece unicamente através da simples diferença entre os fenótipos adquiridos durante o

processo de distribuição de genes, mas sim, principalmente, se revela através do repúdio, escárnio e intolerância das práticas culturais dos outros grupos, danças, cerimônias religiosas, festas, língua, culinária, etc. Práticas culturais marcantes e, diga-se de passagem, refletoras de uma cultura fundamental para o estabelecimento das relações sociais mais cotidianas dos membros de um grupo. (SILVA; SOARES, 2011, p. 112).

Racismo é uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos específicos, com base em características biológicas e culturais verdadeiras ou atribuídas, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inerentemente diferente e inferior. Tais diferenças são, em seguida, utilizadas como fundamentos lógicos para excluírem os membros daqueles grupos do acesso a recursos materiais e não materiais. Com efeito, o racismo sempre envolve conflito de grupos a respeito de recursos culturais e materiais e opera por meio de regras, práticas e percepções individuais, mas por definição, não é uma característica de indivíduos. Portanto, combater o racismo não significa lutar contra indivíduos, mas se opor às práticas e ideologias pelas quais o racismo opera por meio das relações culturais e sociais.

Na ideologia dominante, em geral não se reconhece que o racismo seja um problema estrutural. O termo racismo é reservado apenas às crenças e ações que apoiam abertamente a ideia de hierarquias de base genética ou biológica entre grupo de pessoas. O problema dessas definições restritas de racismo é que elas tendem a fazer vista grossa à natureza cambiante do racismo nas últimas décadas. O discurso do racismo está se tornando cada vez mais impregnado de noções que atribuem deficiências culturais a minorias étnicas. Essa culturalização do racismo constitui a substituição do determinismo biológico pelo cultural. Isto é, um conjunto de diferenças étnicas reais ou atribuídas, representando a cultura dominante como sendo a norma e, as outras culturas como diferentes, problemáticas e, geralmente, atrasadas (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003).

A população negra no Brasil começou a se inserir no contexto educacional no período colonial, quando os senhores de engenho submetiam os filhos dos seus escravos a um processo intenso de aculturação, visando a elevação moral dos mesmos. Este processo era feito pelos jesuítas. As crianças recebiam lições de catecismo, aprendiam as primeiras letras e eram condicionadas a desenvolverem uma visão cristã de mundo por meio de um método pedagógico de caráter repressivo que tinha como objetivo a modelagem da moral no cotidiano e no comportamento social.

Apesar de aprenderem as primeiras letras, os indivíduos eram impedidos de alcançar estudos de instrução média e superior, devido a estes ficarem restritos aos filhos dos senhores de engenho, ricos e detentores do poder. Como se pode ver, alguns casos de escolarização de escravos em mãos de jesuítas se devem muito mais a necessidade de submetê-los a um rígido controle dos missionários do que a um projeto com vistas a mudar o destino dos cativos (GONÇALVES; SILVA, 2000).

A população negra apresenta maiores índices de analfabetismo e é menos escolarizada do que a população branca. Proporcionalmente, maior número de crian-

ças negras está fora da escola, maior número de escolares negros se evade da escola ou apresenta atraso escolar, seja pela entrada tardia na instituição ou pelas contínuas repetências. Além disso, estudos tem demonstrado que o negro frequenta as escolas de pior qualidade, seja quanto aos recursos pedagógicos, humanos e materiais, seja quanto ao número de horas dos cursos oferecidos.

Alguns pesquisadores vêm trabalhando com a hipótese de que o sistema escolar trata a população negra como população pobre e, nesse sentido, a criança negra tenderia a ser encaminhada para a escola carente. Esse mecanismo segregacionista encontraria ressonância nas próprias famílias negras que, desejosas de proteger os filhos de enfrentamentos traumatizantes, procurariam escolas e outros equipamentos sociais frequentados por negros ou por população branca mais pobre (ROSEMBERG, 1987 apud PINTO, 1993).

Em primeiro lugar, de acordo com Pinto (1993), não se pode desconsiderar o lugar da pobreza, dada a presença dos negros nas camadas menos favorecidas da população. Também a distribuição espacial da população negra, maciçamente concentrada nas regiões menos desenvolvidas do país e, portanto, dotadas de uma infraestrutura educacional mais precária, é outro fator a ser considerado. De fato, a residência em regiões que não dispõem de equipamentos escolares adequados ou em quantidade suficiente e a pobreza, que obriga a criança a trabalhar precocemente, contribuem, sem dúvida, para uma trajetória escolar atribulada, curta e de qualidade duvidosa.

No entanto, o que os estudos vêm apontando e que se configura como uma questão de suma importância quando se trata de compreender a situação educacional da população negra, é que se controlando a influência desses fatores, por meio de variáveis como nível de renda, local e região de residência, os negros continuam a apresentar um perfil educacional inferior.

Um ambiente escolar hostil, ou pelo menos indiferente aos problemas enfrentados pela criança negra tanto na sociedade quanto na escola e, portanto, discriminador, tem sido apontado pelos estudiosos e pelas lideranças negras como uma das eventuais causas de o fato de negros continuarem a apresentar um perfil educacional inferior. Nesse sentido, apesar desse trabalho ter foco na discriminação que ocorre na escola, não significa que ela fique restrita ao contexto escolar, o qual reflete o que se passa na sociedade. Esse ambiente hostil tem sido detectado no currículo, no material didático das mais diferentes disciplinas, nas relações entre alunos e entre professores/coordenadores/diretores/funcionários da escola e alunos (PINTO, 1993).

No que diz respeito a questões raciais nas leis educacionais, de acordo com Dias (2003, p. 63), pode-se observar:

Lei 1.390/51 (Lei Afonso Arinos)	Trata o racismo como contravenção penal passível apenas de multa e não de prisão.
Lei 4.024/61	Baseada em duas concepções distintas de educação, uma direcionando investimentos públicos para escolas privadas e confessionais e outra defendendo a escola pública para todos sob gestão do Estado. De forma secundária, a lei trata como um de seus fins a condenação a quaisquer preconceitos de classe e de raça (posto no Título I – Dos Fins da Educação Art. 1º, alínea g).

Lei 5.692/71	Mantém-se o texto dos fins da educação a condenação ao preconceito de raça.
Lei 7.716/89 (Lei Caó)	Transformou racismo em crime a ser punido com pena de prisão por meio do artigo 5º, inciso XLII. Considerada pelo movimento negro um grande avanço em relação a Lei 1390/51 (Lei Afonso Arinos).
Projeto de LDB – 1988	Desaparece o item que condena o preconceito de raça, sendo tratadas questões de classe, igualdade e unidade racial, ignorando-se a questão de raça como um dos objetivos da educação democrática e para todos.
Lei 9.394/96	O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (Art. 26, parágrafo 4º).
Lei 10.639/03	Torna obrigatório à inclusão no currículo oficial de ensino a temática “História e Cultura Afro-brasileira”.

Quando se analisa essas leis, principalmente a Lei 7.716/89 e a Lei 10.639, uma falando sobre o racismo ter se tornado crime e ser passível de prisão e a outra tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, e as relaciona com a realidade atual, percebemos que ambas estão em dissonância. O racismo é uma prática enraizada na nossa sociedade, compreendendo todas as suas camadas, inserindo também a escola nesse processo opressor e excludente. A prática racista vai perpassar por questões de exclusão de tais conteúdos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pela visão estereotipada dos alunos negros, pelas violências cometidas pelos professores/gestores/funcionários da escola ao indivíduo negro, além destes serem retratados nos livros didáticos de forma estereotipada, embora os estudos sobre o preconceito racial nos livros didáticos tenham se iniciado no ano de 1950.

A escola, ao invés de se mostrar um lugar de acolhimento, que faz com que a criança tenha estímulos para a prática de virtudes igualitárias, se mostra como um ambiente opressor e perpetuador de violências. Se pararmos para analisar, a maioria dos professores das escolas são brancos, das universidades mais ainda. Quando pesquisei referências mais antigas (1987/1993), quis comparar práticas que, quando analisadas, já deveriam ter se tornado obsoletas, mas que, na realidade, ainda se mostram presentes e atuantes em pleno 2018.

A população negra ainda protagoniza os maiores índices de analfabetismo, maiores índices de evasão escolar, maior parte da população carcerária e maior parcela de pessoas mortas (assassinadas ou não) no Brasil. Os negros ainda ocupam cargos inferiores dentro do mundo do trabalho, ou estão desempregados, ainda são moradores de favelas e muitos ainda não tem acesso a condições básicas como saneamento básico, saúde, alimentação. A maior parcela da população de rua é negra. Ver esses dados em 2018 me assusta, ao mesmo tempo que me faz refletir sobre: “será que, de fato, a senzala acabou?” Ou, indo ainda mais a fundo, “de fato, a carne mais barata do mercado é a carne negra”?

A socialização da criança negra, inserida em todos esses contextos de opressão e de subordinação, é dada de uma forma problemática e cruel, de maneira que, alguns indivíduos não se declaram negros devido a terem esse conceito/autoconceito invertido, formado por uma sociedade preconceituosa. Dentro do contexto escolar, a criança negra é vítima de sucessivos atos de racismo, começando pelo livro didático que, ao invés de representar o negro de forma positiva, só o mostra como inferior e escravo, ainda culpabilizando-o por tal fato ao enaltecer uma cultura (branca e dominante) enquanto anula e silencia outra.

A falta de representatividade também ecoa quando se olha o corpo docente das escolas e universidades, quando se analisa os cargos de destaque e maior remuneração no mundo. Pouquíssimos cargos são ocupados por pessoas negras e, quando são, há um extremo silenciamento em torno disso.

A minha vivência como criança negra foi bastante difícil. Sempre estudei em escolas particulares e desde a minha infância tive contato com essa prática opressora chamada racismo. Ele começou sutil e o primeiro ambiente que ele se manifestou foi o ambiente familiar, logo depois no ambiente escolar. Lembro de chegar em casa sucessivas vezes com recados anotados na minha agenda da escola, que tinham apelos das professoras e funcionárias da escola para eu ir de cabelo preso, pois o meu cabelo cacheado incomodava.

Lembro mais posteriormente, quando era mais velha, que sempre diziam para mim que eu deveria alisar o meu cabelo porque ele era feio e eu, como negra, deveria ficar um pouco mais agradável, já que, além de negra, era feia e só ia ter o meu corpo de atrativo. Já em outro episódio, estava em uma loja num shopping center na minha cidade e fui chamada atenção pela segurança, pois ele (um homem negro) achava que eu estava ali para roubar. Essas três experiências de discriminação foram marcantes e determinantes na minha vida.

Eu, apesar de ter a pele clara e de não seguir o estereótipo de uma pessoa negra, sofri sucessivas opressões durante toda a minha vida, e também por ocupar uma posição de privilégio diante de outras pessoas negras por ter estudado em escolas particulares (sendo bolsista na maioria delas). O ter convivido com turmas de maioria branca, me fez reconhecer-me como negra, em meio a uma opressão e outra. Eu não me reconheci negra vendo a luta do meu povo na escola e nos livros, até porque esse tipo de conteúdo não é veiculado e não está inserido nos Programas Curriculares e muito menos na TV. Eu não me reconheci negra por ver/ter grandes exemplos de pessoas negras, bem alfabetizadas e bem-sucedidas, que tiveram isso por direito garantido na Constituição do nosso país. Eu não me reconheci negra por ter visto um super-herói, uma boneca ou qualquer outro referencial desse tipo para me basear.

Eu me reconheci negra entre uma opressão e outra. Eu me reconheci negra quando me deparei com lembranças da minha mãe, que também era negra, falando-me desde cedo sobre a realidade dura que eu ia encontrar durante toda a minha vida. Eu me reconheci negra quando abri o livro e vi ali, exposto, todo o sofrimento de um povo que tem o direito de ter uma vida digna negado e anulado desde os tempos da colonização. Eu me vi negra quando fui estagiar na escola e ouvi dos professores

que eles haviam desistido dos alunos porque eles são todos marginais e que provavelmente iam virar bandidos, e que bandido bom é bandido morto.

Ser negro, muitas vezes, é sinônimo de resistência, mas essa resistência vai perdurar até quando? Até quando eu, enquanto educadora, vou estigmatizar e estereotipar o meu aluno? Até que ponto eu, enquanto inserida numa sociedade, numa cultura, estou fazendo algo para mudar essa realidade? E, de fato mudar? Não aceitamos mais políticas inclusivas e compensatórias, não somos carentes, não somos uma sub-raça, não queremos ser tratados como inferiores. Queremos leis que de fato funcionem, que tenham políticas públicas antirracistas aliadas a elas e que façam com que sejam efetivadas e, por meio de um tratamento pautado no princípio da equidade, consigamos viver de forma digna. Nós, negros, resistimos desde o período colonial brasileiro, mas o questionamento é: quando vamos passar a apenas poder existir e sermos nós mesmos sem viver opressões?

SOBRE O TRABALHO

Ensaio apresentado na disciplina Realidade Socioeconômica e Política Regional do curso de Comunicação Social orientado pela prof. Dr^a Jesana Batista Pereira, como requisito total para nota da 2^a U.P., no segundo semestre de 2017.

Jesana Batista Pereira. Doutora em Antropologia. E-mail: jesanabpereira@gmail.com

REFERÊNCIAS

CAMPOS, M.L.A.; GOMES, H.E. **Taxonomia e classificação**: a categorização como princípio. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--101.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CURY, C.R.J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa FCC**. São Paulo, v.35, n.124, p.11-32, 2005. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/419/422>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DIAS, L.R. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais, da LDB de 1961 a Lei 10.639, 2003. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília-DF: MEC; Secad, 2005. p.49-62.

GONÇALVES, L.A.O.; SILVA, P.B.G. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**. Rio de Janeiro, v.1, n.15, p.134-158, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GUIMARÃES, A.S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 34.ed. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

GUIMARÃES, A.S. Cor e Raça. In: SANSORE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2.ed. Rev. Salvador, Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

MAGGIE, Y. Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v.27, n.96, p.739-751, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a06v2796.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PINTO, R.P. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Cadernos de Pesquisa FCC**, São Paulo, v.1, n.86, p.25-38, 1993. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/936>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROSEMBERG, F. Relações raciais e rendimento escolar. **Cadernos de Pesquisa FCC**, São Paulo, v.1, n.63, p.19-23, 1987. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1264>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P.V.B. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.125-146, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100010>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SILVA, M.A.L.; SOARES, R.L.S. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. **Entrelaçando – revista eletrônica de cultura e educação**. Bahia, v.2, n.4 p.99-115, 2011. Disponível em: <<http://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/133?download=144>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Data do recebimento: 7 de janeiro de 2018

Data da avaliação: 16 de fevereiro de 2018

Data de aceite: 1 de março de 2018

1 Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: wanessaspsi@gmail.com

2 Doutora em Antropologia – UFPE; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: jesanabpereira@gmail.com

